



## >> Openlux revela fracasso na luta contra o branqueamento de capitais



Se dúvidas houvesse, o mais recente escândalo fiscal, batizado de “OpenLux” veio confirmar mais uma vez a primazia do Luxemburgo no ranking da opacidade, da aldrabice fiscal e do branqueamento de capitais. Seis anos depois do Luxleaks, esta nova investigação realizada por um consórcio internacional de jornalistas (“*Organized Crime and Corruption Reporting Project*”) veio revelar dados estonteantes sobre 55 000 sociedades “offshore” com ativos superiores a 6.5 bilhões de euros (cerca de 32 vezes o PIB português). A regularidade destes escândalos obriga-nos a questionar a eficácia das muitas medidas tomadas no seio da União Europeia bem como a duvidar da real vontade política de alguns Estados neste combate.

Esta investigação passou a pente fino mais de 3 milhões de documentos. Revela que existem hoje 124 000 empresas comerciais registadas no Grão-Ducado, uma para cada 5 habitantes. A maior parte não tem nenhuma atividade real. Não emprega nenhum trabalhador. Estão identificadas moradas onde chegam a estar registadas quase 2 mil empresas. São apenas veículos destinados a receber fundos dos quatro cantos do mundo, para fugir aos impostos ou para encobrir situações ainda mais gravosas. Apesar da legislação europeia impor a revelação dos beneficiários efetivos, apenas metade o fizeram. Sabemos hoje que estas sociedade fantasmas foram criadas por multinacionais, personalidades ligadas ao mundo do desporto ou das artes, responsáveis políticos de topo e até famílias reais. Sabemos, também, graças a esta investigação, que 2.746 portugueses constam desta lista.

Depois temos a outra parte, aqueles que, usando os alçapões da legislação, optaram por não cumprir a lei. Numa investigação paralela, a *Transparency International* concentrou o seu estudo nos mais de 15 000 fundos de investimentos sediados no Luxemburgo e que valem qualquer coisa como 4.5 bilhões de euros (22 vezes o PIB português). Tendo em conta o risco de os criminosos usarem estes fundos para lavar dinheiros, a legislação impõe obrigações claras aos fundos de investimento. Devem verificar a idoneidade dos seus clientes e comunicar suspeitas às autoridades. Porém, 80% dos Fundos de Investimentos não revelaram os seus beneficiários efetivos. Porquê? Porque a lei só obriga a comunicar os nomes daqueles que possuem mais de 25% do capital. Além disso, a lei prevê que, quando não seja possível identificar o beneficiário efetivo, seja dado o responsável que detém “a direção de topo”, ou seja, o “testa de ferro”. Não é por acaso que o Openlux revela que a praça financeira do Luxemburgo terá sido usada para lavar dinheiro sujo com ligações às máfias russas e italianas.

Esta situação é intolerável. Num [artigo do OBEGEF](#), já denunciámos este modelo de rapina fiscal que contribui para sonegar ao nosso país anualmente 220 milhões de euros anuais em receitas de impostos. Importa agora exigir a revisão das diretivas anti-branqueamento de capitais para acabar com a opacidade, assim como, uma maior fiscalização das autoridades para acabar com esta impunidade.